

PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE E CONSTRUÇÃO DO SUJEITO



Jerto Cardoso da Silva

Universidade de Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul – Brasil

Edna Linhares Garcia

Universidade de Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul – Brasil



Resumo

Este trabalho busca compreender as relações conceituais entre a concepção de produção de subjetividade e de construção do sujeito. Discorre sobre alguns conceitos que entrelaçam as noções psicanalíticas e sociais, apontando para diferentes modos de pensar subjetividade e sujeito, ressaltando as possibilidades que abarquem concepções contraditórias, complementares e, até mesmo coincidentes. Tentamos, ao longo dessa reflexão, apresentar pontos de mediação teóricos que possibilitem pensar uma concepção de sujeito contemporâneo que seja, ao mesmo tempo, Estrutura e Acontecimento.

Palavras-chave: Psicologia. Sujeito. Modos de Subjetivação. Estrutura. Acontecimento

Introdução

As noções de subjetividade e de sujeito têm ao longo do percurso histórico uma dimensão polissêmica enlaçada às questões epistemológicas produzidas em cada momento histórico e campo de saber. Uma questão emerge na atualidade: que diferenças conceituais são possíveis de se identificar nas noções de subjetividade e de sujeito? São estas concepções contraditórias, complementares e/ou coincidentes? Ou ainda: as concepções de subjetividade anulam as noções de sujeito?

Um primeiro impasse se coloca, qual seja, temos muitas respostas a essas questões, pois elas dependem de como conceituamos essas noções. Tentaremos apresentar neste trabalho, algumas reflexões preliminares a essas questões a partir de alguns pressupostos psicanalíticos.

Como suporte dessas reflexões é preciso reconhecer a dimensão filosófica implicada, uma vez que, se por um lado, temos uma concepção de sujeito que desde Freud se sustenta num sujeito que se estrutura ao longo de um percurso histórico singularizado pelo cotidiano; por outro lado, situamos outra concepção que ressalta a dimensão da produção da subjetividade como um acontecimento atrelado a um determinado momento histórico e social. Portanto, a questão que se coloca é: há uma exclusão entre essas duas noções?

A teorização psicanalítica sobre o inconsciente descentra o humano de uma noção psicofilosófica centrada no consciente ao mesmo tempo em que inclui a desrazão, compreendendo-a no âmbito do inconsciente, como uma instância interna e externa a esse indivíduo e que o assujeita aos seus desígnios. A noção de inconsciente arca com a proposta de compreender as causas e os fatores que determinam a experiência subjetiva e a estruturação do sujeito. A partir desta compreensão nos reconhecemos implicados nas nossas ações, mesmo naquelas que produzem sobressaltos de estranheza, de desconforto e constrangimentos. Desde muito cedo, Freud abandona a dicotomia racional *versus* irracional, razão *versus* instinto, social *versus* individual. Temos, desde então, a estruturação de um sujeito que se constitui a partir de um outro, que é sempre social e externo, mas que se inscreve neste seu contexto imediato e primordial, pela via absoluta do cuidado. Em outros termos, dos primeiros cuidados maternos inscritos numa trama familiar, na qual estão em jogo modos de subjetividade e efeitos inconscientes.

Segundo González-Rey (2003), a noção de subjetividade é um sistema complexo e plurideterminado, afetado pelo próprio curso da sociedade e das pessoas que a constituem, dentro do contínuo movimento das redes de relação que caracterizam o desenvolvimento social. Neste movimento, produzem-se saberes acerca dos processos psíquicos, sistêmicos, dialógicos e dialéticos que reconhecem o ser humano como um indivíduo que, para o autor, tem uma capacidade de superar o imediato, dirigindo-se a realização de seus próprios projetos. Ressaltamos, nesta definição de subjetividade, a presença de uma noção de subjetividade que supõe a capacidade de mediatizar e de projetar-se num futuro através de um ideal, ou seja, um ser criativo, senhor do seu destino e com a possibilidade de se inventar. No entanto, essa noção pode ser expandida com a noção de sujeito proposta pela Psicanálise

Para dar continuidade a essa questão, apresentamos alguns aportes dessa dimensão trazida pela psicanálise e que deixou perplexa a psicologia no início do século XIX. Tal noção reintroduz, nas concepções sobre o humano, uma dimensão subjetiva que descentra as concepções de uma humanidade racional que unificava e homogeneizava os processos psíquicos a partir de princípios de cientificidade (GARCIA, 2001). Em decorrência desta

abordagem científicista, produziram-se dicotomias que lançavam a subjetividade para fora das ciências que estudavam o ser humano, pois tudo que não possibilitasse uma leitura dentro da lógica individual e racional era afastado. Neste âmbito, temos o advento da noção de indivíduo racional, isolado e efeito de um organicismo reducionista.

No entanto, Freud, desde o seu “Projeto para uma psicologia científica”, de 1895, vai estabelecendo, apesar da proposta deste projeto, uma distância abismal entre aquilo que se compreendia por Psicologia científica e aquilo que denominou de Psicanálise. Mais tarde, com a introdução da noção de uma metapsicologia esta distância é selada, especialmente com a concepção de pulsão como sendo aquilo que, entre o somático e o psíquico é incomensurável, inobservável, mas tranquilamente constatável (GARCIA-ROZA, 1995). Esta perspectiva abre a possibilidade de pensar um sujeito que se descentra de uma lógica racional e determinista. A pulsão é a força motriz dos nossos desejos e o que possibilita o reinvestir nos objetos, transpondo-os para uma realidade psíquica, e condenando o desejo à satisfação somente de forma alucinatória. É por isto que o desejo não se cansa de se fazer reeditar e se reinventar, não sendo, portanto, apenas uma reprodução/determinação social, mas uma reinvenção. Temos aqui a noção de um sujeito que se reinventa a partir de um Outro Primordial, ou seja, que carrega consigo as marcas estruturantes do discurso social e a partir delas se reinventa e se subjetiva, ao mesmo tempo que encobre essa identificação. Trata-se, então, não de uma determinação subjetiva, mas de uma sobre-determinação na qual a pluralidade compõe o sujeito.

Freud, em sua obra “Psicologia das massas e análise do eu” (1920-21), faz-nos entender que todos os processos histórico-sociais, grupais acontecem no interior do sujeito e que na vida anímica aparece sempre, efetivamente, “o outro”. Decorre daí uma construção do sujeito que é em parte consciente e de outra parte inconsciente, reprimida e distanciada desse eu consciente.

A perspectiva da invenção freudiana, na verdade, nos lança um desafio, isto é, abre uma via para trabalharmos os impasses na contemporaneidade com respeito à economia e a dinâmica das singularidades psíquicas produzidas num contexto histórico, social e grupal. Tal como assinala Pinheiro e Herzog (2003), Freud, ao oferecer com seu arcabouço teórico, elementos para pensar outros modos de subjetivação – o que é possível a partir de suas considerações sobre a constituição de um narcisismo descentrado pelo inconsciente e reformulado, abre-se caminho para pensarmos uma forma de estruturação muito mais dinâmica e complexa.

Ao descentrar o sujeito, Freud produz uma “ferida narcísica”, pois rompe com a concepção de um processo de objetivação do indivíduo, centrado e racional, composto por uma unidade fechada e totalizada. No entanto, isto não foi suficiente para romper com leituras que propõem compreender a produção de uma subjetividade centrada e desconectada em sua origem a um determinismo social e histórico, que produz uma forma de sujeito universal, invariante e destituída de relação entre o que se constitui internamente e externamente ao sujeito.

Foucault (1954) afirma que Freud é pioneiro em reabrir a possibilidade para a razão e a desrazão se comunicarem, marcando definitivamente um modo de se pensar a subjetivação que é complexa e social. É bem verdade que leituras biologizantes, ao longo da história do movimento psicanalítico, destituíram esse modo de pensar a subjetividade em sua pluralidade, tornando-a uma estratégia da biopolítica, como diria Foucault, de controle e disciplinarização dos corpos e dos modos de pensar.

Essas leituras psicanalíticas, marcadamente reducionistas, compreenderam essa estruturação desconsiderando o que nos parece claro nos textos freudianos: a impossibilidade de se pensar em estruturação do sujeito sem estar aberto a relações com um exterior que lhe é constitutivo, sem levar em conta que, nesse processo, trata-se de um exterior que é alienado, “esquecido” pelo sujeito, na sua tentativa de se tornar unidade. Portanto, a dimensão social, com sua multiplicidade necessária, construída a partir de uma relação de forças num campo historicamente dado (SILVA, 2005), parece ser desconsiderada por algumas interpretações psicanalíticas sobre a noção de sujeito.

Na tentativa de aproximarmos a noção de subjetividade à noção de sujeito, recorreremos a Silva (2005), quando diz que o modo de subjetivação deve ser concebido como a produção de um modo de existência. Um processo que se traduz por uma singularidade pela qual se produz a flexão ou a curvatura de um tipo de relação de forças, atravessada pela formação histórica que a tensiona e que produz sentidos particulares, singulares e coletivos. A autora salienta ainda, a partir de Deleuze, que somos dobras produzidas numa torção dentro (sujeito) - fora (tessitura social). Acrescenta ainda, como faz Foucault, que é ilusão pensarmos num sujeito desvinculado de suas fundações sociais. Somos levados a tais conjecturas devido a um processo de individuação do pensamento, ou seja, um hiato que foi produzido no jogo de saber-poder, articulado nas malhas de um bio-poder que investe e se capitaliza a partir de um corpo individualizado.

A crítica ao modelo freudiano de subjetivação parece se centrar na proposta de uma leitura que compreende o sujeito, sua estruturação, e a estrutura da própria humanidade, pela

via exclusiva do Complexo de Édipo, tomando o social como um campo coextensivo a sexualidade e a produção desejante. Esta compreensão dicotomiza e reduz a complexidade proposta por Freud em seus textos originais. Tal leitura homogeniza a subjetividade, tornando-se uma tática individualizante (SILVA, 2005) e não retomando a sobredeterminação proposta por Freud. Nesta perspectiva de sobredeterminação, Freud (1898) inclui a produção de todos os processos psíquicos, entre eles os sintomas.

Nesta direção, as leituras soviéticas, como aponta González-Rey (2003), redimensionam o humano, não o isolando em processos internos, mas ressaltando o processo complexo orgânico, comportamental, relacional, dialético, social e histórico, portanto subjetivo do ser humano. No entanto, não podemos nos esquecer que releituras mais estreitas dessas obras também homogeneizaram a complexidade heterogênea do social, seus impasses e conflitos e reduziram, tentando até mesmo anular, os movimentos singulares do sujeito. Portanto, tanto as leituras sociais que abordam um sujeito histórico, quanto as leituras psicanalíticas, que abordam a construção de um sujeito por um inconsciente não afetado pelo externo, levaram a reducionismos e indubitavelmente, não abriram o campo para se pensar a pluralidade na constituição subjetiva.

Estrutura e Acontecimento: enlaçando subjetividade e sujeito

É notório que ao apresentarmos essas noções de subjetividade, tentamos ampliar e dotar de complexidade a concepção do humano. Especificamente, quando nos perguntamos sobre a noção de sujeito e constatamos que a psicanálise surge com a invenção de uma nova subjetividade, delineada num modelo que tem a falta como referência e a culpa como operador, isto é, a produção de subjetividade se dá em torno da interdição e do desejo. Temos aí a subjetividade como sendo uma “invenção” das figuras parentais, ou seja, é o adulto que, no seu imaginário, pressupõe um psiquismo, fazendo advir um sujeito. Esta imagem reflete a subjetividade dos adultos e nela a cultura em que todos estão imersos. Nasce um sujeito que, seguindo o seu destino interpretará o mundo, as leis, os outros, impregnado de linguagem, pensante e sonhador. Um sujeito que deve seu advento ao narcisismo parental e que, como os pais, terá de aceitar as interdições que a castração simbólica lhe impõe (PINHEIRO; HERZOG, 2003).

Sem pretendermos reduzir a complexidade social à dinâmica libidinal, podemos apostar que a inscrição dessa diversidade se estrutura no sujeito, de um modo plural e se manifesta no indivíduo de forma singular, particular e regida por uma construção social e histórica.

Ora, esses que exercem as funções paternas e maternas para um novo sujeito e que sustentam e se sustentam frente a novos modos de subjetivação, somente o fazem a partir de um discurso que se institui no social e em determinado movimento histórico, em seus saberes e em suas ignorâncias, seus gozos e seus sofrimentos. É uma construção sempre a mercê do previsível.

Para pensar nessa proposta de noção de sujeito na atualidade, Pinheiro e Herzog (2003) afirmam o que vários estudiosos corroboram: estamos em tempos de ritmo alucinante, a partir do qual se produzem verdades que se tornam mentiras, certezas que não se sustentam. Não se tem tempo sequer para acreditar seja nos avanços tecnológicos, seja nos rumos que seguem a humanidade em sua globalização, exploração, consumo, comunicação, alívio de sofrimento e novas patologias. Na construção desse sujeito contemporâneo, constatamos uma pulverização na pluralidade de modos de subjetivação.

A partir disto, podemos nos perguntar sobre os efeitos desses fatores presentes na não rara construção de lugares vazios em que o sujeito se depara na sua construção contemporânea e, em decorrência, seu aprisionamento na melancolia e na busca de um gozo tão rápido que não há lugar nem para o prazer e muito menos para o desprazer. É verdade que temos aí a construção de um narcisismo frágil, mas com potências, possibilidades e dificuldades para serem levadas em conta nas reflexões sobre a noção de sujeito em nosso tempo. Porém, somos sabedores que essa é apenas uma das possibilidades de se pensar nos modos de subjetivação na contemporaneidade.

Ressaltamos aqui outro elemento para pensar essa noção de subjetividade ampliada, ou seja, que entrelaça o sujeito ao discurso social, e que é pontualmente trabalhado por Foucault, quando ele teoriza sobre as relações de poder. Para tanto recorremos a Peixoto Júnior (2004), que, nesta perspectiva, aponta que podemos considerar que o poder não atua simplesmente oprimindo ou dominando as subjetividades, mas operando na sua própria construção, o que nos permite investigar de forma detalhada aquilo que se encontra na base de sua formação. Salientamos que a função materna e as interdições paternas têm lugar primordial. Destacamos fortemente a possibilidade de realizar um paralelo com o pensamento psicanalítico ao tomarmos em análise o viés da proibição. Embora estejamos em domínios teóricos diferentes, ousamos sugerir que as noções de subjetividade e sujeito se enlaçam.

Como diz Peixoto Junior (2004), a subjetividade procura o signo de sua existência fora de si mesma, num discurso ao mesmo tempo dominante e indiferente. Como estas categorias sociais são as que supostamente garantem a existência subjetiva, a submissão parece ser o preço a pagar. À medida que uma verdadeira escolha é aparentemente impossível, tendemos a

nos subordinar como única possibilidade de existência, pois essa somente é possível através dos cuidados do outro. Somos absurdamente vulneráveis diante do outro e, ao mesmo tempo, mesmo que paradoxalmente, carregamos a sua potência para o desenlace, mesmo que ilusório, deste enredamento.

Portanto, ao falarmos de subjetividade, estamos confrontados com tudo que diz respeito ao sujeito. Mas temos que estar atentos para não correremos o risco de cair no subjetivismo, ou seja, temos uma tendência a reduzir toda a existência ao sujeito soberano, a sua existência (DUBOIS, 1973) e aportamos sem titubear no individualismo. Como atrelar o sujeito ao seu exterior constitutivo? A função da fala, da linguagem, caminho percorrido por Freud, nos parece ainda profícuo.

É por intermédio do simbólico que o sujeito tem acesso a si, a uma subjetividade reflexiva, ao eu e ao outro. A discursividade é própria de um homem cujo ser é sempre já exterior. Como assinala Auroux: “Na perspectiva freudiana, o homem é um sujeito tomado e constituído na e pela linguagem” (1998, p. 261). E se há uma materialidade do inconsciente, ela está dada dentro da linguagem. É a linguagem, portanto que faz essa torção dentro-fora no sujeito, interior-exterior constitutivo.

Os modos de subjetivação, conectados ao tempo presente, oferecem certa regulação no processo de estruturação de um sujeito, ou seja, de sua linguagem. Segundo Peixoto Junior (2004), a partir de Nietzsche e Freud, a noção de reflexividade, enquanto estrutura emergente da subjetivação, decorrente de um voltar-se sobre si — uma autorepreensão reiterada formando o que se denomina, erroneamente de “consciência” — permite indicar que não há formação de subjetividade sem apego passional à sujeição. Afirmar que exista um vínculo passional à sujeição parece pressupor a existência de uma paixão cujo objetivo é apegar-se a algum tipo de objeto. O referido autor salienta ainda que a sujeição não é apenas mecânica, nem simples interiorização, mas se trata de um tipo de vínculo libidinal com o discurso social, sendo que a atividade da libido aparece como uma disposição para desejar aquilo que se mostra interdito, no sentido de tornar possível a própria continuidade do desejo.

Diante de tais afirmativas, torna-se premente pensarmos numa noção de subjetividade que não carregue em seu bojo apenas a noção de um sujeito da consciência e pleno em sua unicidade. Este sujeito que pensava ser senhor de suas vontades é revirado pela teoria freudiana, que agora o apresenta como sendo efeito de algo que lhe é exterior, ao mesmo tempo, que lhe constitui. Somos uma unidade que se forja na heterogeneidade como diz Freud.

Finalmente, cabe nos perguntar: que inconsciente é esse que estrutura o sujeito, arena de grande tensão e sempre sujeito à transformação? Recorremos então a Lacan que nos aponta um inconsciente que é discurso social e estruturado como uma linguagem.

Como diz Lacan (2002), a estrutura é um conjunto e não uma totalidade; possui uma relação aberta e, ao mesmo tempo, fechada, que a toma como algo que lhe é referência e reciprocidade e que remete à linguagem para efeito significante. Ou seja, o subjetivo não está do lado daquele que fala e, portanto calcado em suas ilusões, mas no real, pois a linguagem não está a serviço do sujeito, mas o constitui sem ele o saber e que subjetivamente vai inscrevê-lo, significando-o para o outro. Aqui o Complexo de Édipo não é mais tomado como a normatização de uma forma de sujeito, mas nos impulsiona a pensar no funcionamento do significante e que lugar ele ocupa.

Podemos pensar que em Lacan, temos uma possibilidade de repensar a proposta freudiana, atrelando-a a novas dimensões subjetivas que corroboram e ratificam a sua proposta de um sujeito sobredeterminado. Portanto, um sujeito que se constitui a partir de acontecimentos e estruturas que mutuamente se compõem.

Considerações finais

Ao discorrer sobre a estruturação psíquica, tomando-a sem dicotomias com a instância social (relações de poder, modos de sujeição e processo histórico) implica compreendê-la produzindo modos de subjetividade plurais, sem os quais não podemos nos orientar, ou seja, são modos de pensar, de discursividades, que, ao mesmo tempo, percorrem um campo de possibilidades e limites.

Não nos produzimos espontaneamente, como quem se fabrica a si mesmo. Somos atravessados por um sujeito do inconsciente que não é avesso a dimensão social, pois nos espelhamos nela, como possibilidade de existência, que, ao mesmo tempo, desdobra-se em nós uma instância de singularização. Nesta dinâmica, ao sermos restringidos e produzidos por um desejo social que orienta a nossa subjetivação, simultaneamente, vemos ser inscrita, nessa sujeição complexa e necessária, uma instância construída por dimensões simbólicas, imaginárias e reais que fazem um voltar-se da pulsão sobre si mesma, produzindo, simultaneamente e reciprocamente, o desejo e o desejante.

Portanto, podemos apontar que há um tensionamento e até um certo distanciamento entre duas concepções: a de pensar um sujeito, que pode se reinventar apenas a partir de marcas estruturantes, e a de um sujeito, que se inventa a cada momento, sem as marcas do seu passado e de sua história pessoal e coletiva. Permanecer apostando apenas numa ou noutra

assertiva, ou seja, num sujeito que resulta apenas de uma estrutura ou que é apenas acontecimento representa perdemos a sua complexidade.

Poderíamos pensar que a estruturação do sujeito se dá num movimento de busca por uma subjetividade que se constitui em torno de um sentido, que vai sempre em direção a alguma coisa, em direção a outra significação, em direção ao encerramento, mesmo que ilusório, da significação de si. Ela sempre remete a alguma coisa, ao mundo das coisas, aliena-se nele, e volta sobre si mesma (LACAN, 2002). Nessa forma, o sujeito se produz, produzindo sentido.

SUBJECTIVITY PRODUCTION AND SUBJECT CONSTRUCTION

Abstract

This paper aims to understand the conceptual relations between the subjectivity production concept and subject construction. It addresses some concepts that interweave the social and psychoanalytic notions, pointing to different ways of thinking subjectivity and subject, underscoring the possibilities that encompasses contradictory, complementary concepts and, even coinciding. While considering this, we attempted to present theoretical mediation points that make it possible to come up with a contemporary subject conception, which, at the same time, is Structure and Event.

Keywords: Psychology. Subject. Subjectivation Ways. Structure. Event.

Referências

AUROUX, Sylvain. *A filosofia da linguagem*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

DUBOIS, Jean. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

FOUCAULT, Michel. *Doença mental e Psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica, In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud SE*. Rio de Janeiro: Imago, v. I, p. 333-346, 1976.

_____. O mecanismo psíquico do esquecimento, In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud SE*, Rio de Janeiro: Imago, v. III, p. 271-281, 1996.

_____. (1920-21). Psicologia das massas e análise do ego, In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud SE*. Rio de Janeiro: Imago, v. XVII, p. 77-154, 1976.

GARCIA, Edna Linhares. E agora Psicanálise? Como responder ao imediatismo e à metodologia privilegiada pelas universidades? *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n.14, p.101-112, jan/jul., 2001.

GARCIA-ROZA, L.A. *Introdução à metapsicologia freudiana*. 3ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

GONZÁLEZ- REY, Fernando. *Sujeito e subjetividade*. São Paulo: Thomson, 2003.

PINHEIRO, Teresa; HERZOG, Regina. *Impasses na clínica psicanalítica: a invenção da subjetividade*. Estados Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial, Rio de Janeiro, 2003.

PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. Sujeição e singularidade nos processos de subjetivação. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. VII, n. 1, p. 23-38, jan/jul., 2004.

SILVA, Rosane N. *A invenção da Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 2005.

Recebido em: 16/12/2010

Aceito em: 06/12/2011

Sobre os autores: *Jerto Cardoso da Silva*, Psicólogo, é Doutor em Letras/UFRGS e Professor do Departamento de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul. E-mail: jerto@unisc.br

Edna Linhares Garcia, Psicóloga, é Doutora em Psicologia Clínica/PUC-SP e Professora do Departamento de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul. E-mail: edna@unisc.br